

---

# A questão da LV canina em BH

Giovanna Araújo da Cruz Attanasio

1ª Promotoria de Defesa da Saúde de BH

---

## A questão da LV canina em BH

A título de ampliação das discussões havidas por ocasião da 1ª Oficina da Integração da SVS\MS e AMPASA- Brasília 05\06 novembro 2009, apresentamos alguns tópicos de ponderação, sem qualquer pretensão de esgotamento do tema, considerando situação vivenciada na 1ª Promotoria de Defesa da Saúde de BH:

### 1. Introdução

A Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais, notificou ao MS o número mais alto de pacientes graves com LV nos períodos de 2004 a 2006, quando foram confirmados 2726 casos humanos com, com 246% de óbitos e letalidade média de 9,0%.

O controle da LV preconiza ações de vigilância epidemiológica, diagnóstico e eutanásia de cães sororreagentes e medidas entomológicas específicas.

Foi instaurado procedimento administrativo na 1ª PDS para acompanhamento e avaliação das medidas adotadas, tendo sido percebido uma grande ênfase firmada pela SES, SMS de Belo Horizonte e MS, no sentido que a recusa de proprietários na entrega de animais diagnosticados era um grande entrave encontrado pelo MS para implementação das ações de controle. Afirmava-se que a recusa havia dado divergências entre resultados obtidos em exames realizados pelo poder público e laboratórios da rede de ensino federal (universidades) e laboratórios privados, bem como a alegação de estarem tais animais protegidos por vacinas e em curso de tratamento da doença, com acompanhamento por clínicos veterinários.

Insta considerar que a evolução de LV no Brasil em série histórica, apresenta evolução de 164 casos confirmados em 1980 para o patamar de 3203 casos confirmados em 2005. No período de 2001 a 2006, houve um incremento de 82.3% de mortes por LV no Brasil.

Os dados iniciais produzidos no procedimento recém-inaugurado, já dimensionam que as ações de controle apresentavam uma necessidade de verificação quanto a eficácia das medidas adotadas para controle do vetor, do reservatório, diagnóstico e assistência à saúde de humanos infectados.

### 2. Metodologia do Procedimento Administrativo

Neste diapasão, foram colhidos os seguintes dados:

1. foram notificados todos os proprietários de animais que se recusam à entrega dos animais para oitiva;
2. foram ouvidos do distrito sanitário Pampulha\BH, familiares de vítimas fatais de LV com fins de apuração quanto assistência prestada;
3. foram requisitados dados à SMS de BH para apreciação de sistemática de ações de controle do vetor

---

# A questão da LV canina em BH

Giovanna Araújo da Cruz Attanasio

1ª Promotoria de Defesa da Saúde de BH

---

4. foram colhidos dados referentes a financiamento e gestão financeira das ações de encargo do Centros de Controle de Zoonoses;

5. foram ouvidos representantes de entidades de proteção e defesa de animais e associação de clínicos veterinários

Dos dados colhidos, foram observados dos seguintes itens:

a. Quanto a recusa de entrega dos animais:

Maior resistência nas classes econômicas media e media alta, animais vacinados ou não ,com falso positivo ao exame realizado por poder público (12.924 falso positivos)(2.003 falsos negativos), animais em tratamento para LV com amparo de ações judiciais que resguardavam o direito do proprietário, percentual não superior à 3% dos animais diagnosticados recusados a entrega.

b. recusa de permissão a entrada de agente para colheita de material no cão

Maior resistência nas classes media e media alta, aos argumentos de ausência de segurança na identificação do agente de zoonoses, ausência de informação previa pelo órgão publico quanto data de visita, existência de roubos a residências por meliantes que se apresentavam como agentes de zoonoses, ausência de numero verde ou similar para confirmação quanto identidade do agente de zoonose, baixa confiabilidade no poder publico e existência de controle de saúde realizado através de veterinários particulares, desconhecimento da lei

c. Nas classes baixa a resistência apresentou percentual classe nulo de resistência na entrega ou permissão de entrada de agentes de zoonoses, sendo ao contrario, maior a incidência de moradores que quiseram entregar os animais e não houve procura pelo poder publico. Acentuado numero de queixas quanto ao não retorno do agente para captura do animal notificado como infectado.

d. A vacina de uso mundial adquirindo registro no Brasil através do MAPA, passou a ser utilizada a larga escala por animais cujos proprietários eram das classes econômicas mais abastadas;

e. O kit de exames para diagnóstico canino (ELISA), apresentava-se de baixa confiabilidade e havia resistência do poder publico na discussão do tema;

f. Havia grande gasto financeiro e de energia para confrontar as recusas de entrega do animal pela média e alta classes sociais, em detrimento de ações mais coerentes do poder público para angariar confiabilidade das mesmas nas ações preconizadas;

g. A existência de legislação sobre o tema (decreto nº51.838/63) que remete a apreensão e sacrifício de cães doentes e não cães infectados (doente manifesta sintomas o infectado pode não apresentá-los);

---

# A questão da LV canina em BH

Giovanna Araújo da Cruz Attanasio

1ª Promotoria de Defesa da Saúde de BH

---

- h. As discussões técnicas produzidas em ações judiciais indicavam a baixa confiabilidade do diagnóstico canino realizado pelo poder público, e sob o aspecto jurídico afastavam a incidência da legislação de 1963 em cães infectados sem sintomas da doença; inexistência de dados que permitiam indicar a relação causal entre a recusa individual e a transmissão intensa da LV, por omissão do poder público local em adoção regular de outras medidas de controle da LV;
- i. As ações judiciais abordavam a inexistência de risco potencial do animal em tratamento com uso concomitante de coleiras inseticidas, em livre comércio no Brasil;
- j. Interesse de regular e proibir por portaria do MS registro de patente e comercialização de insumos registrados no MAPA e regular e limitar a prática da medicina veterinária;

No tocante as ações desenvolvidas pelo poder público apurou-se:

- a. o controle de população canina era efetuada exclusivamente por sacrifício de cães sadios, ferindo recomendação da OMS que afirma que o sacrifício de cães para controle populacional e controle de zoonoses é medida comprovadamente ineficaz;

Estima-se uma soropositividade para LV em 38% em cães de rua em BH;

- b. As medidas de controle do vetor e manejo de ambiente eram realizadas de forma descontinuada, mal planejada e irregular pelos seguintes pontos:
  - 1. irregularidade de remessas de insumos pelo MS aos municípios ( entre 2004 e 2006, o desabastecimento era usual e não pontual)- na semana do desenvolvimento da Oficina de Integração MS\AMPASA encontrava-se desabastecido o estoque de kits de diagnóstico em BH;
  - 2. inexistência de planejamento das ações de campo, que não respeitam as condições climáticas redundando em grande perda de insumos e ineficácia do borrifamento de inseticidas nas residências;
  - 3. carência de recursos humanos e alta rotatividade de agentes de campo, gerando descontinuidade de qualificação do pessoal no manejo de materiais utilizados;
  - 4. irrisório financiamento pelo MS e ausência de aplicabilidade de contra-partidas em ações de controle;
  - 5. ausência de logística necessária para depósito de insumos (guarda de insumos em locais indevidos como postos de saúde, em mesmo ambiente de medicamentos, em locais abertos com perda de material), qualificação de recursos humanos, educação populacional e manejo de meio ambiente;

---

# A questão da LV canina em BH

Giovanna Araújo da Cruz Attanasio

## 1ª Promotoria de Defesa da Saúde de BH

---

6. contratação temporária de pessoal e elevadíssimo custo de pagamento de terceirizados sem qualquer fiscalização pelos órgãos responsáveis;
7. inexistência de estudos mais amplos que favoreciam o conhecimento do vetor, dificultando a utilização de insumos eficazes e aplicação com menor dispêndio de energia e gastos;
8. política pública implementada então, que priorizava o controle do reservatório (cão) e não controle do vetor;
9. ausência de implementação de ações de assistência à saúde ao humano infectado, mortes evitáveis por ausência de diagnóstico precoce;
10. baixa resolubilidade na atenção primária, despreparo do profissional do PSF na identificação de doenças tropicais, acarretando o encaminhamento na rede de referência de forma equivocada e tardia;
11. deficiência de redes de laboratórios públicos, conveniados e contratados;
12. grande perda medicamentosa em virtude de ausência de planejamento de compras no MS acarretando o envio de insumos com prazo de validade em vias de perecimento;
13. campanhas educativas mal direcionadas que acarretaram o aumento da população de cães de rua pelo abandono do proprietário alarmado;

### 3) Ações Desenvolvidas pelo MS junto a AMPASA

As discussões havidas no Fórum da OPAS em Brasília, integração MS e AMPASA desenvolvidas em 2005, com representantes da Coordenação da SVS e AMPASA permitiram as seguintes observações:

1. necessidade de modificação do decreto de 1943 à cargo de iniciativa do MS;
2. necessidade de ampliação das discussões quanto métodos de diagnóstico e diretrizes de controle da LV
3. necessidade de participação de outras Secretarias do MS para ampliação de discussões quanto financiamento e assistência à saúde;
4. ampliação das discussões técnicas referentes a vacinação preventiva em curso adotada por proprietários de forma privada e sua repercussão na saúde coletiva;
5. ampliação das discussões quanto ao tratamento canino e o real nexos causal com epidemia verificada;
6. adoção de medidas de controle e fiscalização de animais em tratamento;

---

# A questão da LV canina em BH

Giovanna Araújo da Cruz Attanasio

## 1ª Promotoria de Defesa da Saúde de BH

---

7. adoção de medidas de implementação de ações educacionais e legais sobre a posse responsável;

8. ampliação das discussões internas na AMPASA para estabelecimento de Plano de Ação Nacional no acompanhamento das ações de controle e tratamento da LV nos municípios brasileiros e assunção das responsabilidades pelos gestores locais;

9. Reconhecimento que a vacina e tratamento individualmente conduzidos não possuem características de controle, não podendo ser impostos ao Poder Público em ações do MP ou entidades interessadas; cabendo ao *custus legis* posicionamento concreto em face de eventuais ações instauradas;

### 4) Oficinas e Discussões técnicas SVS|MS -SVS BH-MP

Foram desenvolvidas oficinas em BH com Centro de Controle de Zoonoses da Capital, no tocante a diagnóstico, vacinas e tratamento canino da LV, redundando na elaboração de Portaria do MS, no aguardo de assinatura do então Ministro.

Situação Atual após Fórum da OPAS MS\AMPASA em Brasília:

1. publicação de portaria conjunta entre MAPA e MS proibindo tratamento canino (portaria nº 1.426\2008)
2. ausência de qualquer medida de controle de população de rua diverso do sacrifício de cães sadios em outros municípios brasileiros, vedação judicial em BH;
3. inexistência de ampliação de financiamento pelo MS para ações de controle da LV;
4. estabelecimento de novas diretrizes para controle com realização de inquéritos sorológicos e outras ações ao encargo dos municípios com transmissão moderada e intensa;
5. diagnóstico atualmente realizado por ELISA e contra-prova por RIFI; não isento de questionamento haja vista baixa qualidade dos mesmos e grau de diluição de reagentes em teor diverso do preconizado mundialmente; existência ainda de exames falso positivos ou falso negativos em menor incidência;
6. participação em BH de rede de laboratórios privados que recebem KITS do MS para ampliação de diagnóstico;
7. continuidade de existência de ações individuais por proprietários com liminares de resguardo do animal em tratamento;
8. resistência do MS em discussão quanto tratamento canino com uso de colares inseticidas;

---

# A questão da LV canina em BH

Giovanna Araújo da Cruz Attanasio

## 1ª Promotoria de Defesa da Saúde de BH

---

9. ausência de planejamento nas ações de controle que continuam a ser realizadas sem continuidade necessária;
10. ausência de ampliação de discussões técnicas sobre risco de resistência da LV em humanos em virtude de uso de medicamentos por cães- suporte na teoria do risco abstrato;
11. ausência de diagnóstico e evitabilidade de mortes humanas por diagnóstico e tratamento precoce;

O cenário brasileiro não se afasta do observado em BH, vez que na maioria dos Municípios as irregularidades apresentadas em BH desde 2004 se repetem, havendo resistência do MS na discussão quanto as lacunas apontadas.

### 5) medidas adotadas e em andamento

No tocante ao controle de população de rua e controle da LV e tratamento humano, foram adotadas medidas para:

1. implementação de esterilização canina com ação civil publica transitada em julgado em 2007, sem efetiva implementação pelo Poder Público das centros necessários, sendo quase nula medidas de ampliação;(Defesa do Meio Ambiente)

No Rio de Janeiro, por iniciativa da SMS foi implementada há cerca de 16 anos, controle de população por esterilização canina, sendo uma das cidades brasileiras que não apresenta LV notificada, em pese a modificação da transmissão com migração das áreas rurais para urbana e alta concentração na região sudeste do país;

2. Foi proposta ação civil publica para regularização da assistência farmacêutica no município, evitando-se perda de insumos para tratamento humano e inseticidas;(Defesa da Saúde)
3. Foram propostas ações de improbidade administrativa em virtude de contratação irregular e terceirização de agentes de zoonoses, em curso; Com advento da legislação específica foram criados cargos de empregos públicos;(Defesa da Saúde)

Encontra-se em curso procedimento para acompanhamento dos ações desenvolvidas na atenção básica no tocante as doenças causadas por zoonoses (LV, dengue, chagas etc)(Defesa da Saúde).

No tocante a dengue é flagrante o impulso dado à vontade política de implementação de controle, com ampliação de financiamento e publicação de portarias específicas, além de medidas de campo para controle do vetor e manejo ambiental no ultimo ano, que permitiram a redução do percentual de dengue no Brasil na ordem de 46%. Acreditamos que o mesmo possa ser realizado no tocante à LV, na existência de real vontade política.

6) Alguns pontos de controvérsia apontados no Fórum integração SVS|MS|AMPASA:

---

# A questão da LV canina em BH

Giovanna Araújo da Cruz Attanasio

1ª Promotoria de Defesa da Saúde de BH

---

## 1. O tratamento canino:

As discussões técnicas realizadas pelo MS, no mesmo diapasão anterior mantido no tocante ao diagnóstico canino, se realiza com propósito precípuo de manutenção da portaria conjunta realizada com MAPA, apesar de serem as evidências científicas as mesmas anteriores que embasaram a elaboração da portaria apócrifa apresentada;

A teoria do risco abstrato( o material técnico apresentado apresenta-se sempre com oração adverbial de condição- pode), indicado como sustentação da proibição de tratamento não subsiste em face aos regramentos constitucionais e não subsiste a uma análise racional, posto que o tratamento é realizado há anos em países da América do norte e Europa, sem qualquer evidência científica da resistência indicada.

Há se considerar, o agente infectante nos países da América do Norte e Europa, é o mesmo (I.infantum , I.chagasi), a proibição de tratamento no Brasil sem impedimento de importação de animais já tratados no exterior é medida inócua, se aceita a proibição com base na teoria do risco abstrato). De mais a mais, outra medida importante seria o fechamento de fronteiras proibindo ingresso de pessoas contaminadas por LV no exterior, posto que a existência eventual sorologia resistente no Brasil, acarretaria a transmissão da resistência ao vetor.

A Portaria Interministerial MS/MAPA é inconstitucional, tópico sobre o qual já manifestou inclusive colega da área federal em Minas, em recomendação expedida ao MS, com a qual concordamos integralmente, não sendo opinião isolada no meio jurídico.

## 7)-Considerações Finais

Registramos que não nos anima no presente texto qualquer vazão de dimensão de ego pessoal na apresentação da experiência adquirida no trato da LV em BH. Muito pelo contrário, afirmamos inicialmente, que não há qualquer pretensão no esgotamento do tema, ou relevo de afirmação de verdades, posto que a verdade, possui ainda e sempre uma ótica subjetiva, mesmo que se trate da análise de dados e estatísticas.

O advento de implementação de novas tecnologias e estudos científicos trazem luz ao que se encontra eventualmente ainda não revelado.

Nosso real interesse circunscreve-se, na abertura facultada no Fórum desenvolvido dias 05 e 06 pp., ampliação da discussão do dever fazer do Ministério Público quando convidado a integrar-se ao MS no tocante a LV.

O tema ao modo colocado pelo MS preocupa-nos, dado tratar-se de mesma estratégia anteriormente desenvolvida ( Fórum OPAS|SVS|AMPASA-2006), onde a abordagem é colocada de modo superficial e lacônica, abordando apenas uma das medidas de controle, que isoladamente não possui qualquer eficácia no controle da LV.

Não somos contrários a eutanásia de cães infectados, mas cremos que medidas legais devem ser estabelecidas de modo a amparar a adoção da necessária medida, até hoje não iniciadas e realizadas outras com perfil de flagrante confronto à Constituição vigente, com argumentos insustentáveis sob a ótica jurídica.

---

# A questão da LV canina em BH

Giovanna Araújo da Cruz Attanasio

1ª Promotoria de Defesa da Saúde de BH

---

De mais a mais, o combate da doença em BH demonstrou que o extermínio de 38.713 (84%) dos cães infectados no período de 1996|2005 não se mostrou medida eficaz no controle da LV.

Não entendemos que o tema palpitante da LV seja o tocante a extermínio ou obrigatoriedade de entrega de animais em tratamento individualizado, matéria esta afeta a discussões técnicas de perfil mais profundo, mas que devem ser desenvolvidas uma vez o perfil de Estado Democrático de Direito do Brasil.

As estatísticas indicam que a *contrario sensu* do transparecido pelo MS, a questão da transmissão da LV não tem como responsável o animal em tratamento, o percentual de animais em tratamento nunca ultrapassou 3% da população canina (BH).

A desqualificação verbal de Universidades como realizado em plenária, referente a Universidade Federal de Minas Gerais, não afeta a qualidade da produção científica reconhecida mundialmente na temática de LV.

Esclareço que, a UFMG desenvolveu vacina humana para prevenção de LV, que aguarda há cerca de 20 anos conhecimento e análise da ANVISA para início de estudos clínicos para fins de registro. Este é um ponto crucial do debate. Conhecer os impedimentos, os móveis internos do tramite de registros na ANVISA interessa sobre o tema LV.

Existem questões não manifestas explicitamente pelo MS no tocante a grande preocupação de dispêndio de verbas para aquisição de medicamentos, inseticidas, insumos de proteção que poderiam efetivamente redundar no controle da LV, se adotados conjuntamente a outras medidas de controle.

Os estudos desenvolvidos pelo MS até o presente momento vem se mostrando extremamente voltados ao tratamento canino, com dispêndio de verbas que seriam melhor utilizadas no estudo do vetor e de outros reservatórios, bem como financiamento de ações de campo em sustentação a insipiência de muitos municípios de transmissão intensa.

Com a maior incidência da LV em áreas urbanas, é preciso repensar as metodologias utilizadas. É dizer do MS que não se pode borrifar inseticida nas cidades inteiras ( porque o combate da dengue pode?) E aqui não nos anima ditar o que deve ser feito, mas sempre acompanhar se a opção administrativa realmente atinge as metas (eficácia) com menor dispêndio de custos e da máquina administrativa (eficiência administrativa).

Sabido é, que o cão não é o único reservatório da LV, em áreas urbanas, existem registros de gatos contaminados em Belo Horizonte( amostras de soro em 86 animais, recolhidos em dois bairros de BH e Betim, indicam soropositividade ELISA\RIFI em 09 animais), em aves , bois , cavalos e roedores em Mato Grosso.

O sofisma utilizado como fator primordial de importância para controle da LV encontra obstáculo na própria adaptação do vetor, que encontrando dificuldade no encontro de dado reservatório, adaptar-se-á a outro, como vem realizando. Chegará tempo de controle populacional com extermínio de aves, bois, cavalos, ratos, gambás, raposas( etc) sadios, como atualmente ainda realizado no Brasil? Chegará tempo de busca e inquéritos sorológicos em tais animais, com quais recursos, ante a escassez premente de verbas para a saúde?



---

# A questão da LV canina em BH

Giovanna Araújo da Cruz Attanasio

1ª Promotoria de Defesa da Saúde de BH

---

Chamado o Ministério Público ao conhecimento e participação sobre o tema da LV, necessário definir-se qual o agir da Instituição, quais meios, quais medidas a serem adotadas para efetivar-se a integração desejada ao MS, voltadas a defesa da saúde coletivamente apreciada, no real cumprimento das balizas constitucionais traçadas ao *Parquet*.

Temos o maior respeito e consideração pela Coordenação do SVS do MS, reconhecemos a competência, o real interesse e empenho pessoal de seus membros na busca de solução para as dificuldades atuais, mas reconhecemos também a limitação de ação da Secretaria, pelas competências estabelecidas administrativamente e a dificuldade em fazer reconhecer-se em outras áreas do MS, a urgente e necessária adoção de medidas, com suporte orçamentário aos moldes do necessários e que inclusive permitam a incorporação de novas tecnologias no controle da LV.

Creemos que na integração SVS|MS|AMPASA, sem qualquer eiva de suspeição, não se deve limitar a discussão aos pontos abordados pelo MS, mas deve-se ampliar o conhecimento Institucional de cada componente do MP sobre a LV e seu controle, com fins a permitir uma intervenção madura e orientada sobre o problema de saúde que atinge e faz maiores danos à população hiposuficiente econômica e social.

A integração merece condução para a necessária sensibilização do MS, ampliando-se a todas as Secretarias correlacionadas ao controle e tratamento da LV. Aqui o papel da AMPASA, sem desconsideração a outras medidas a serem planejadas a nível nacional pelos membros que a constituem, possui relevo substancial na integração mais ampla, no apoio inafastável à SVS diante das dificuldades relacionadas, que devem se repetir em outros rincões do país.

Todo acervo colacionado na 1ª Promotoria de Defesa da Saúde de BH encontra-se à disposição, caso de interesse.

Anexo ao presente, documentos referenciados, tais como Portaria Ministerial desenvolvida por conclusão das Oficinas realizadas em BH, Recomendação expedida pelo Ministério Público Federal em Minas e parecer jurídico produzido em São Paulo.

Belo Horizonte, 08 de novembro de 2009.

**Giovanna Araújo da Cruz Attanasio**

**1ª Promotoria de Defesa da Saúde de BH**